



Talant de bien faire

• JORNAL GYPTEC #3 • EDIFÍCIO DA SENHORA DA LUZ • ABRIL DE 2017 •

O recém-inaugurado edifício de habitação e comércio que Eduardo Souto de Moura assina no Porto, na Foz do Douro, entre as ruas da Praia e de São Bartolomeu, frente ao mar, levantou uma série de questões e problemas que foram sendo resolvidos com a elegância, o pragmatismo e o rigor a que este arquitecto nos habituou desde as suas primeiras obras.

O volume do edifício da Senhora da Luz destaca-se, na discrição do seu betão à vista, pela elegância de proporções das quadrículas que lhes desenham as fachadas voltadas a nascente e a poente. Isola-se dos lotes vizinhos, ainda que em continuidade de alinhamento nas ruas, com uma rampa de acesso ao estacionamento, a norte, e com um caminho estreito, a sul, o qual nos permitirá a chegada à entrada, a meio da implantação. Eduardo Souto de Moura (ESM) repete, aqui, o esquema de acessos do edifício da Praça de Liège, a meio do lote, garantindo, neste

caso, a integridade do *open space* comercial no piso térreo, só perturbada pelo volume da caixa de escadas e elevador.

A distribuição espacial proposta para os apartamentos que ocupam os três pisos superiores, com o último “recuado” para o lado da Rua de São Bartolomeu (para além do espaço comercial no térreo, voltado a essa mais calma rua, há ainda a cave de estacionamento e o terraço de utilização comum), é aparentemente corrente; quase como se o arquitecto nos declarasse, “não há grandes alternativas, frente a este mar”: salas à frente, gozando as vistas, quartos atrás, longe do ruído da marginal, acessos e zonas de águas, a meio do lote. Se melhor observados, porém, os desenhos que anteciparam o espaço construído, notar-lhes-emos pequenas subversões, decisões menos expectáveis, na sua simplicidade complexa.

Nos banhos colados às paredes laterais, por exemplo, nascem pequenas janelas que olham o Atlântico

(prova-se não ser, finalmente, verdade que ESM não “consiga” desenhar janelas – “Ainda hoje não consigo, quer dizer, consigo, mas faço mal. Acho que faço muito melhor as casas *black and white*, positivo e negativo, paredes e não paredes e vidro”¹); a meio da empena norte sobrepõem-se *loggias* largas, quase um recuado saguão, à volta das quais se instalam as lavandarias e as cozinhas.

À frente, no generoso espaço com a vista distribuída pelos oito quadros verticais que são os oito vãos refundados definidos pela malha que faceia a rua, dispõem-se recantos que desafiarão a ocupação do todo: uma zona quase isolada, frente à cozinha e propícia para refeições, um espaço largo central que conclamará o estar, um nicho recolhido que possibilitará uma pequena biblioteca ou um estudo recatado.

1. ESM [entrevistado por] Maria Milano & Roberto Cremascoli (coords.). 2016. *Eduardo Souto de Moura: Gosto de chegar a casa*. Matosinhos: Cardume Editores, 25



Esquisso, ESM

E se a quadrícula do alçado voltado a poente é toda ela vazada, permitindo dentro uma espécie de envidraçado contínuo, no alçado oposto o mesmo desenho intervala roupeiros (que fecham os vãos) com unidades de janela mais parcimoniosas, distribuindo um par “aberto/fechado” por cada um dos quartos. Tanto a nascente como a poente, as verticais que definem estes vãos de janela muito refundados cortam o excessivo sol baixo da manhã ou da tarde construindo, com plasticidade texturada, rugosa e espessa, a imagem menos “figurativa” do objecto sombreado.

E há ainda a poética lembrança de um terraço praticável e aberto aos moradores, com pequeno apoio para bebidas de fim de tarde, frente àquele inextinguível pedaço de Atlântico que rola e espuma ao largo, nas rochas, nos molhes. Uma cobertura em balanço protege-nos e enquadra o olhar, revestindo-o de horizontalidade; uma guarda metálica, bastante recuada dos limites, retém-nos, só com a vista do mar, quase nos mantendo apartados da banalidade envolvente.

A leitura deste recente projecto poderá ser cruzada com alguns dos mitos que nos surgem, com regularidade, nas conversas sobre arquitectura: pensar-se que os arquitectos gostariam de não ter clientes a inibir-lhes a “criatividade”; imaginar-se que os arquitectos aspirariam a que os projectos não lhes levantassem problemas; finalmente, a ideia que a arquitectura contemporânea conviveria mal com aquela do passado.



© LFA

DESTA VEZ NÃO TENHO CLIENTES A COARTAR-ME A INVENTIVIDADE!

ESM repete muitas vezes que, quando desenha habitação, não o faz para o cliente que lha tenha encomendado, mas, antes, *para si próprio*.

É uma *boutade*, claro, sempre recebida com euforia em plateias de admiradores, mas duvido que o seu verdadeiro sentido seja totalmente apreendido. Ao dizer que projecta sempre para si, não querará dizer que não atenda às idiosincrasias, aos pedidos, aos programas de quem lhe solicita os projectos (“Não há arquitectura sem um programa, a arquitectura não é uma actividade artística²”); pelo contrário, absorvendo as diversas diferentes circunstâncias que rodeiam um projecto (e os desejos dos clientes, se inteligentemente formulados, são uma delas), interpreta-as como se para si se tratasse, procurando concentrar-se com um máximo de envolvimento na resolução daquele problema, tentando solucioná-lo sempre com a mesma intensidade que lhe dedicaria se fosse ele o Dono da Obra.

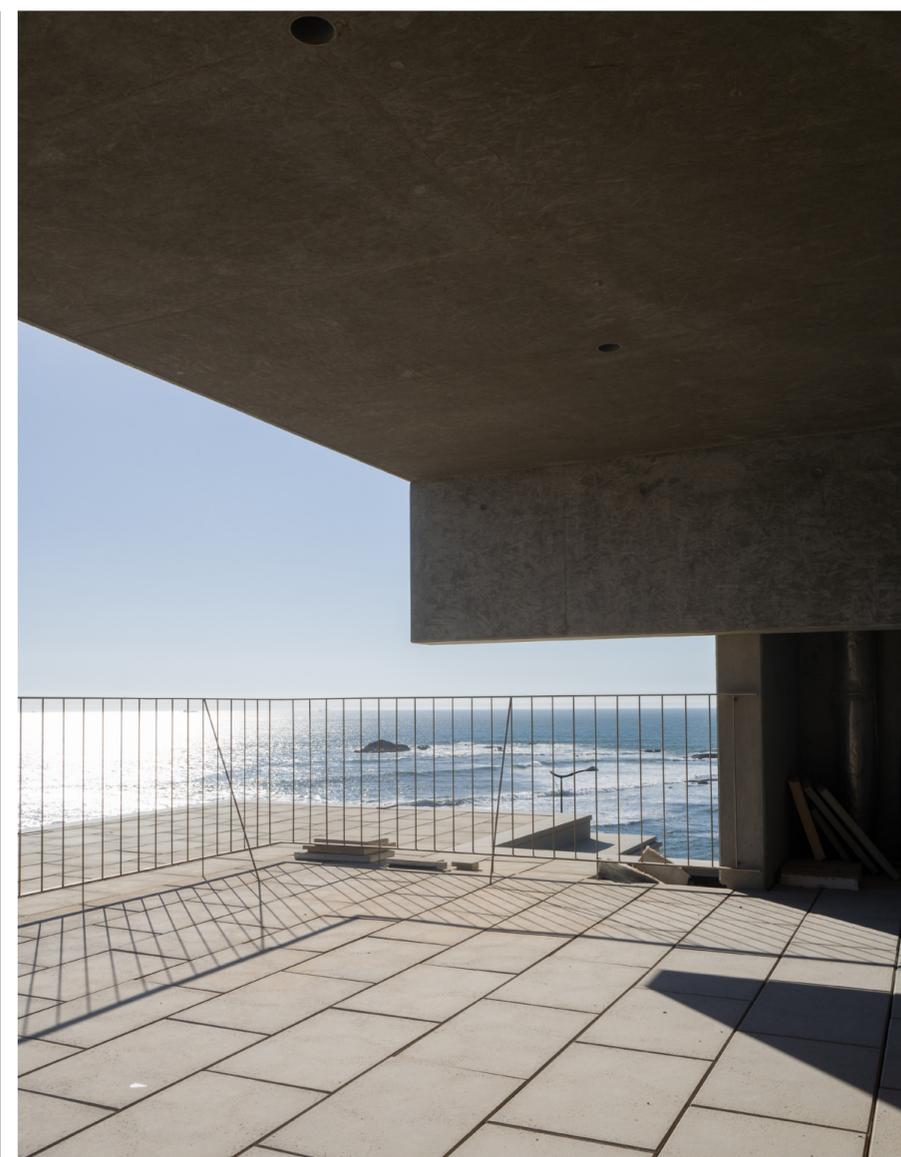
Eu tenho um princípio e acho que é um princípio correcto: os arquitectos projectam para os outros como se estivessem a projectar para si.³

O trabalho que abordamos aqui, é, precisamente, um projecto para si próprio. ESM entendeu lançar-se num pequeno investimento imobiliário, penso que não para provar o que poderia fazer se “não tivesse clientes”, mas antes, pelo contrário, acabando por demonstrar que, “sem cliente” visível, o seu grau de exigência é tão elevado como sempre e a vontade de “fazer bem” idêntica à que assume nos vários projectos que desenha para diferentes encomendadores, sejam públicos ou privados.

Dir-se-ia (eu digo-o, muitas vezes, sobretudo a alunos de arquitectura) ser desejável que todos os arquitectos passassem pela experiência de projectar e construir qualquer coisa para si, que tivessem que pagar, para que os problemas quase sempre presentes da restrição de custos não lhes fossem despercebidos; conter os custos não significa apoucar as obras, a construção, mas apenas saber lidar proporcionalmente com os orçamentos disponibilizados, orientando a cada momento as escolhas dentro de um quadro realista que, não deixando de ser criativo (os arquitectos recebem de cada dificuldade um novo problema a que só com o apoio da criatividade responderão), irá sempre dando prioridade à solidez e à durabilidade daquilo que se lega às gerações futuras.

Porque a arquitectura é uma dádiva que se deixa: viverá muito mais que nós, acolherá a viver nela, muitos mais, depois de nós.

2. *Idem*: 38.
3. *Idem*: 25.



© Arquivo ESM

ASPIRO A UM PROJECTO QUE NÃO ME LEVANTE PROBLEMAS!

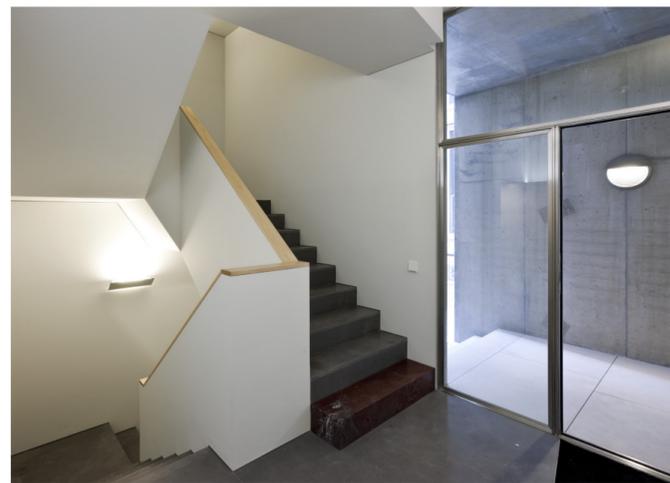
No seguimento do mito que desejassem não ter clientes, surge uma ideia, também bastante difundida nas conversas *mainstream*, que os arquitectos aspirariam a projectos que lhes não levantassem nunca problemas, que proporcionassem o mínimo de *chatices*; ideias e projectos límpidos e resolvidos à luz do dia, tal qual tivessem surgido, “inspirados”, no guardanapo de papel sobre a mesa da esplanada do café fronteiro ao *atelier*.

Um projecto, contudo, resulta de um lento trabalho de acertos e é sempre uma peça em aberto, pronta a equacionar novos problemas, resolvendo-se muito mais ao longo do demorado caminho que deverá percorrer, mercê de sucessivas lembranças, recuos, epifanias mais práticas que sublimes, conflitos, negociações, ajustes, discussões e colaborações, do

que através de românticos gestos únicos e solitários que nunca poderiam conter toda a complexidade envolvida, o somatório dos contributos das equipas técnicas, o corpo legislativo que rodeia o exercício, as malformações dos sítios, as paisagens desejadas, os testes inseguros.

Também a versão final deste projecto, que demorou sete anos a ver-se concluído (2009–2016), se ficou a dever a vários percalços, teimosias, aborrecimentos e sobressaltos, alguns dos quais poderiam ter sido desmoralizantes.

A quadrícula inventada para as fachadas de rua, por exemplo, nas suas acertadas proporções, grelha profunda de betão que resolve os vãos, destacando-se do modo de desenhar as janelas a que ESM se habituara, ficará a dever-se, quer às negociações que foi necessário ir estabelecendo com os serviços camarários quer às precisas condições do sítio e da sua orientação geográfica.



© LFA

ESM recusou-se a resolver o projecto ao modo *pastiche* que seria o mais bem aceite, de forma a que o resultado ficasse “parecido” com (algumas) construções vizinhas. “Não desenharei, em 2010, janelas à maneira do século XIX”, dizia, de si para si. “O que vejo em frente? A partir de um primeiro piso, a rua, carros, passeios, pessoas, a praia, o mar; a seguir, a meio, provavelmente, já só a praia, as rochas, os molhes e o mesmo mar; finalmente, do terceiro piso, apenas a enorme extensão atlântica. Não poderei desperdiçar semelhantes quadros e a construção moderna permite-me abranger todos estes diferentes horizontes através de rasgados vãos”, pensava.

A mulher de ESM, também arquitecta, Luísa Penha, lembrou-lhe então o poente e a imprescindibilidade do recurso a *brise-soleils* verticais, se teimasse em grandes painos de vidro voltados a oeste. A solução, a contento dos vários problemas, surgiu aí, nesse diálogo, com os completos envidraçados dentro mediados da paisagem pela profundidade

dos cutelos de uma equilibrada quadrícula que, ao mesmo tempo que ritma verticalmente a composição, faz quebrar o demasiado sol baixo.

E a rede que define hoje as aberturas (no alçado para a Rua de São Bartolomeu, também os roupeiros, num “tremido” jogo de cheios e vazios) compõe uma musculada imagem, completamente presa à própria racionalidade do processo construtivo, marcando ao longe a composição, preenchida de sombras reticuladas, cadenciando, por dentro, a clareza dos intervalos que olham o mar, adivinhando, entre nembos, recortes e enquadramentos com a exacta elegância previamente plasmada nas proporções do conjunto.

Entretanto, com a obra licenciada e já iniciada, o vizinho, a norte, entendeu instaurar uma providência cautelar para suspensão da construção, por se considerar lesado com a solução prevista para a empena (uma série de janelas de serviço às cozinhas que, aproximadamente, confrontariam as suas).

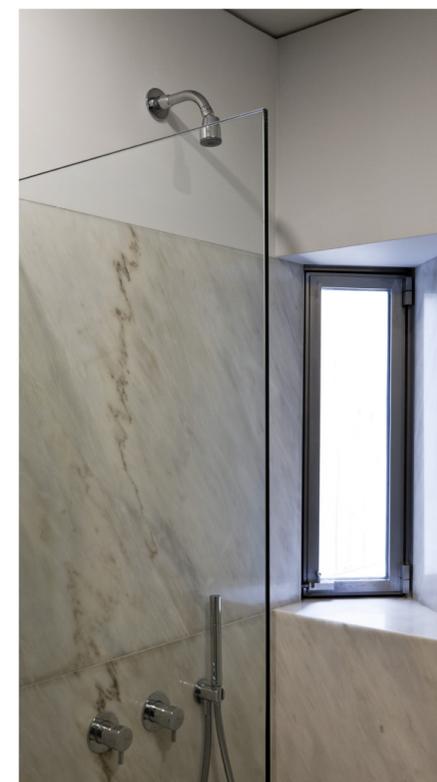
Com o projecto de execução concluído e os trabalhos a seguirem a bom ritmo [“está muitíssimo bem construído”, diria mais tarde ESM], as alterações necessárias para atender às reclamações do vizinho, pareciam surgir como um pesadelo. Mas, no entanto, o projecto, depois de atravessar essa “crise de crescimento”, resolveu-se de um inesperado modo diferente e, no dizer do autor, “ficou melhor”.

Também acho que sim. Esta empena norte ganhou maior espessura, maior complexidade; e se para responder ao conflito com o vizinho surgiu o acastelado de *loggias* que servem agora as cozinhas, bem como os envidraçados recuados de canto que olham esses tão interessantes novos espaços exteriores que as casas ganharam, então feliz conflito que, como todos os “conflitos”, em arquitectura, pôde contribuir para trazer mais “alimento”, desafio, justificação, confiança e sentido final às decisões e ao projecto.

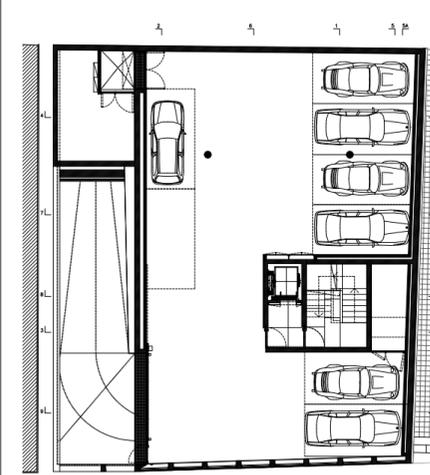
O PROJECTO É INTERESSANTE, MAS NÃO SE INTEGRA NA CIDADE DE ONTEM!

A questão da “integração” é outro mito muito presente nas opiniões avulsas sobre cidades e “centros históricos”. Surge como uma espécie de imbatível último argumento: nunca se poderá dizer que é posto em causa o projecto (os projectos são sempre “muito interessantes”), mas será compreendida esta tão tocante alusão à “integração” (“é muito interessante, mas não aqui; aqui, a sua linguagem contemporânea rompe com a homogeneidade do conjunto, não possui relações com os edifícios confinantes, nem referências às composições arquitectónicas dominantes”). Não tendo o tema adquirido grandes proporções, no que toca ao edifício da Senhora da Luz, corresponde, contudo, a uma discussão recentemente aberta a propósito de um outro projecto de ESM, este para a Praça das Flores, em Lisboa.

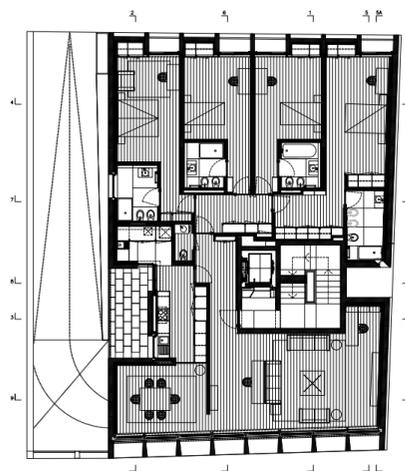
É uma ideia de *boa consciência*, esta, a de tentar impedir sempre obra nova com medo do que daí possa advir e, provavelmente, responsável, em Lisboa, pela enorme indiferença com que é recebido tanto vocabulário postigo aplicado em neo-pombalinos de 2,50 m de pé-direito, tantas pedras magras serradas a mimar cantarias, tantos quadradinhos de PVC a boiar entre os painos de vidro duplo de janelas demasiado quadradas. Ficará a dever-se, também e sobretudo, a um certo desconhecimento da história e/ou a pouca sensibilidade para observação e compreensão dos ambientes construídos.



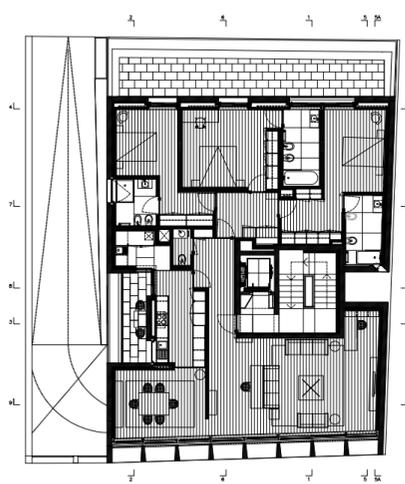
© LFA



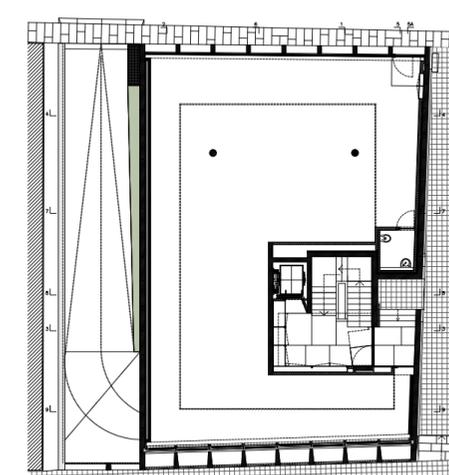
Piso -1



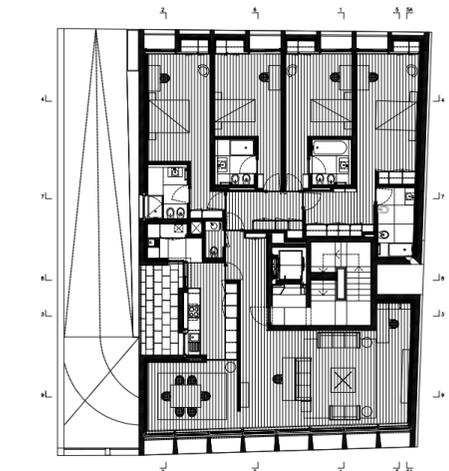
Piso 1



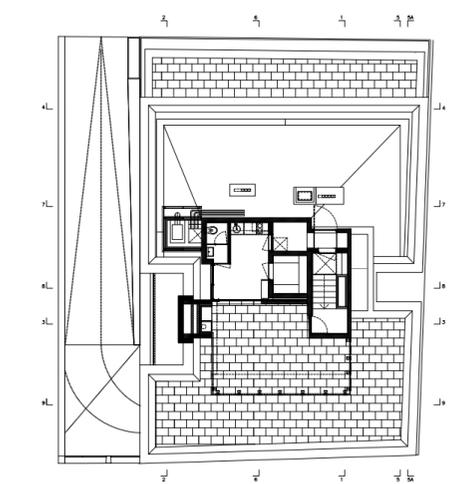
Piso 3



Piso 0



Piso 2



Piso 4



© LFA

Porque, se observada com mais profundidade, a cidade conta-nos o seu passado, denso das diversas contemporaneidades e modernidades encadeadas que, a cada momento, a foram fazendo crescer e a preencheram.

A Lisboa *pombalina*, como o Porto *almadino*, estenderam-se na distensão *romântica* que sucedeu à Guerra Civil: as varandas enchendo-se de caracóis forjados, as paredes de azulejos industriais individualizando as moradas, cantarias bordando os vãos ainda úteis, mas alindados com pequenas variações alongadas e maneiristas (arcos “quebrados”, em “asa de cesto”, de “volta inteira”), platibandas escondendo coberturas revestidas com telha marseilha mais barata. O que os “gaioleiros” à entrada da República fizeram, depois, em Lisboa, desta amontoadada herança, com os novos bairros a treparem as colinas orientais com paredes de areia e festões de massa em edifícios magros de seis pisos com mercearias por baixo, é quase indescritível na péssima qualidade dos resultados; o Porto saltou esta etapa, continuado que era construído em granito, o que garantiu diferente solidez às iniciativas mais cúpidas.

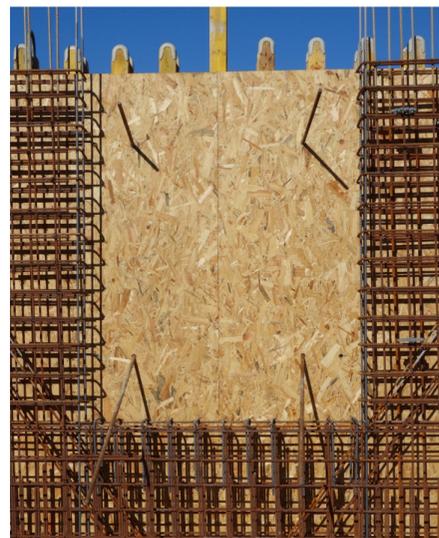
A chegada e a vulgarização do uso do betão alteraram esta disposição. Primeiro, timidamente, com os materiais de sempre (pedra, madeira e algum ferro em varandas e nos envidraçados das traseiras), a *art déco* imita as potencialidades do betão, num estilismo que, na euforia entre as duas Guerras, preparou o público para o emprego do novo material na construção corrente. Em sequência, é Cassiano Branco, em Lisboa, a ensinar os engenheiros a manusear um vocabulário de enorme plasticidade e o *modernismo* irá começar a percorrer as cidades portuguesas, até ao embate com a comemoração dos “Centenários”,

quando o regime põe fim à “degeneração” que era o internacionalismo a chegar.

Uma década depois, contudo, furando o cerco “português suave”, os arquitectos do Congresso de 1948 ocupam lugares na Câmara de Lisboa e na Escola do Porto e um pós-Guerra lentamente optimista aparece a expressar-se com inusitada frescura. O crescimento económico da década de 1960, apostando no imobiliário, corrompe a generosidade do *moderno* e 1974 encontra e prolonga um país de loteamentos suburbanos, pracetas, blocos espalhados entre canteiros de erva seca, numa caricatura da “Carta de Atenas” cujos principais problemas, nem os Olivais ou a Pasteleira tinham conseguido prever, lembrar ou confrontar.

Arcos, frontões e tintas químicas surgem como novidade, à entrada de 1980, acantonando, perto do final do século, muitos andares com T2 sem espaço, cuja suposta *pós-modernidade* fica estacionada, à porta, nas ruas por detrás das autoestradas que levam aos *shoppings*. A classe média alargada, entretanto, encomenda casinhas “portuguesas” a desenhadores e engenheiros de província. Entre os arquitectos consensualiza-se uma mais consistente *pós-modernidade* que irá fazer o seu caminho, pelo meio desta confusão, sublinhando as percepções de Robert Venturi e Louis Kahn e deixando a emoção regressar, pouco a pouco, à sisudez racionalista que não soubera responder à caótica aleatoriedade espalhada pelos territórios; pugna-se, também, por outro entendimento do património construído que não passe pela conservação de máscaras ocas ou pela construção de cenários de série B.

E é de uma acastelada mistura de temas, épocas, ideias, gestos e materiais que se tem vindo a afirmar a



© Arquivo ESM

cidade e a sua heterogénea “homogeneidade”. Como em grande parte dos temas relativos à arquitectura, também aqui nos ressentimos, mais do que com as variações linguísticas que atravessam as diversas épocas, com os grandes solavancos de escala e/ou com o desacerto das proporções, mas essas questões, mais ou menos subtis, são mal compreendidos pelo cidadão comum que tem da história (mesmo da recente) uma ideia de certo modo confusa.

Se, por absurdo, retirássemos todas as árvores que ocupam densamente o quadrângulo pequeno da Praça das Flores e nos confrontássemos com a descontínua envolvente que cerca esse formidável centro, as opiniões sobre a suposta homogeneidade do conjunto cairiam em si. São fachadas variadas, reconstruídas ao longo do XIX, num alinhamento desigual; o *charme* da Praça ficar-se-á a dever muito mais à fidelidade da escala do acompanhamento e ao magnífico arvoredo para onde os edifícios olham que à suposta qualidade de cada uma das unidades que a conformam.

E o objecto proposto por ESM para a Praça é, na sua linguagem contemporânea e nos confortáveis terraços voltados ao jardim (que fazem lembrar, estruturados por perfis metálicos, os acrescentados corpos de varandas de alguma arquitectura lisboeta do final de oitocentos), profundamente respeitador da escala do conjunto, alinhando na frente de rua o plano marginal da intervenção. Ao acertar as cêrceas, a proposta limita-se a tornar viável a recuperação do abandonado imóvel pequeno que agora alguns teimam que se deveria preservar. Medo e imobilismo que não distingue a qualidade e a oportunidade de manter viva a Praça, habitada, contemporânea e vária.

E se chamo aqui este discurso, motivado pela Praça das Flores, em Lisboa, e pela recente polémica que envolve o projecto de ESM, na conclusão desta reflexão sobre o edifício da Senhora da Luz, é porque cada novo projecto deste arquitecto comprova e reafirma, também de novo, a enorme vontade de qualidade e exigência que é o seu objectivo na produção do património construído hodierno; cada novo projecto deste arquitecto confirma a intensidade e o desvelo que coloca ao serviço das pessoas, colocando-os ao serviço da arquitectura.

E essa será, provavelmente, a principal questão na cidade actual: lembrarmo-nos que cada novo gesto será pertença do amanhã e defendermos, então, sempre e sobretudo, que nos traga inscrita a vontade da maior qualidade possível. ●



Lisboa, Praça das Flores (fotomontagem). © Arquivo ESM



© LFA

FICHA TÉCNICA

**Edifício Senhora da Luz
Foz do Douro, Porto**

Cliente:
LPSM, Empreendimento Senhora da Luz

Datas:
Projecto: 2009–2014
Construção: 2014–2016

Projecto:
Eduardo Souto de Moura, Arquitecto

Equipa:
André Campos, Luis Peixoto, José Carlos Mariano,
Ana Patrícia Sobral, Maria Otília Aires Pereira,
Susana Oliveira Marques, Rute Peixoto, Arquitectos

Fundações e Estruturas:
AFACONSULT – Rui Furtado, Carlos Quinaz, Engenheiros

Instalações Eléctricas e de Segurança:
AFACONSULT – Maria da Luz Santiago, Engenheira

Instalações Mecânicas:
AFACONSULT – Marco Carvalho, Engenheiro

Instalações Hidráulicas:
AFACONSULT – Paulo Silva, Engenheiro

Construção:
MATRIZ, Sociedade de Construções, Lda.

Fotografias:
Finais: Luis Ferreira Alves [© LFA]
Obra: Arquivo ESM

Desenhos:
Arquivo ESM

MAIS DO QUE UMA PLACA DE GESSO GYPTEC TEM A SOLUÇÃO

Placas de gesso Gyptec Material de construção de excelência

As placas de gesso Gyptec são uma presença incontornável nas principais obras dos últimos anos em toda a Península Ibérica.

Empresa pioneira em Portugal na produção de placas de gesso, a Gyptec Ibérica acumula a vantagem de estar integrada num grupo de capital nacional que reúne várias empresas produtoras de materiais de construção: o grupo Preceram.

Esta singularidade, bem como as várias parcerias que tem estabelecido, permite-lhe estar na linha da frente quando se trata de soluções integradas para o mercado da construção e reabilitação. Soluções para paredes exteriores, divisórias interiores e para pavimentos e tetos.



Desenvolvimento tecnológico

A Gyptec Ibérica desenvolve soluções resistentes ao fogo, impacto e humidade, com elevado desempenho acústico e térmico, adaptadas às exigências dos projetos atuais. Ao longo dos últimos anos a Gyptec Ibérica, em colaboração com o Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção (ITeCons) e a Universidade de Coimbra, tem desenvolvido um trabalho constante de investigação e ensaios à escala real de soluções para construção e reabilitação.

Estes resultaram em vários relatórios científicos já publicados e num Manual de boas práticas referentes aos sistemas em placas de gesso recentemente revisto e editado.



Apoio, acompanhamento e certificação

As centenas de sistemas testados e caracterizados para paredes, revestimentos, tetos e divisórias interiores, estão disponíveis na plataforma online Gestor de Soluções. Esta ferramenta permite o acesso instantâneo a toda a documentação técnica, características e preços que poderão facilmente ser impressos ou exportados para o computador. Deste modo terá ao seu dispor a seleção das soluções que melhor se adaptam aos requisitos que pretende, conseguindo maior rigor no planeamento dos custos e um cálculo global mais próximo da realidade de cada projeto.

Pode ainda contar com a equipa técnica Gyptec, sempre disponível para o aconselhar e informar acerca dos produtos e sistemas, apoiando-o desde o projeto à obra.



mais informações em www.gyptec.eu

Gyptec Ibérica - Gessos Técnicos S.A.

Parque Industrial e Empresarial da Figueira
da Foz, Lote 3 - S. Pedro
3090-380 Figueira da Foz, Portugal

T (+351) 233 403 050
F (+351) 233 430 126
apoiotecnico@gyptec.eu